

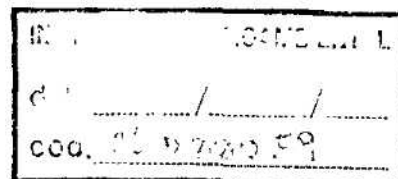


## MOVIMENTO PELO DESENVOLVIMENTO DA TRANSAMAZÔNICA E XINGU

Rua Anchieta, 2092 - Altamira - Pará.  
CEP: 68371-190 - Fone/Fax - (93) 515-2406/1453  
E-mail: fvpp@bol.com.br

Altamira, 24 de maio de 2002.

Ao Sr.  
Geraldo Brindeiro  
Procurador Geral da República Federativa do Brasil



Sr. Procurador,

Somos um movimento que reúne 113 organizações sociais, criadas no curso de trinta anos de colonização nesta região. Nesses trinta anos, abandonados a nossa própria sorte, conseguimos, com o apoio das pastorais religiosas, da solidariedade internacional e de organizações de apoio e sindicais, construir um referencial de desenvolvimento apropriado para uma região de florestas tropicais.

Muito nos entristece a notícia divulgada hoje em um jornal de grande circulação em nosso estado. Na qual Vossa excelência recomenda suspensão da liminar contra estudos de Belo Monte. Nesta reportagem Vossa Excelência defende a continuidade da usina. Isso nos causa grande preocupação, visto que anteriormente Vossa Excelência já tinha se pronunciado com parecer contrário à suspensão da Liminar.

Segundo seu "novo parecer", a norma não prevê a exigência de licenciamento do Ibama para a elaboração de estudo de impacto ambiental. E que esse licenciamento só é exigido para a fase de construção da obra. Ora, no nosso entendimento, da forma como esse estudo está sendo conduzido, ele já faz parte da obra. Por isso a posição do Ministério Público Federal do Pará em pedir primeiro as vistas do Ibama.

Outro ponto importante, a Eletronorte contratou a FADESP sem licitação, se baseando apenas que a "renomada competência da instituição" seria suficiente para o processo. Essa fundação já teve outros estudos de impacto ambiental recusados por inconsistência, ou seja, ela já se mostrou incompetente. Essa mesma fundação é um ninho de luxo dentro de uma combatida UFPA. Então, se a Eletronorte contratou sem licitação uma empresa que não tem respaldo em seu próprio estado, para fazer os estudos da Maior Hidrelétrica do Brasil, como é que o Ministério Público Federal do Pará não tem razão? Isso sem falar que em nenhum momento ninguém na região foi consultado pela Empresa.

Nos entristece sua posição, principalmente por passar por cima do Ministério Público Federal do Pará, uma instituição altamente conceituada, que ainda tem muita credibilidade em nosso Estado, pela sua luta incansável por justiça.

Talvez a Eletronorte não tenha informado aos escalões superiores do Governo sobre as questões que os movimentos sociais da Transamazônica e Xingu, os povos indígenas e os setores críticos do Estado do Pará vêm apresentando em questão à construção de Hidrelétricas na Amazônia.





## MOVIMENTO PELO DESENVOLVIMENTO DA TRANSAMAZÔNICA E XINGU

Rua Anchieta, 2092 - Altamira - Pará.  
CEP: 68371-190 - Fone/Fax - (93) 515-2406/1453  
E-mail: [fvpp@bol.com.br](mailto:fvpp@bol.com.br)

027

O que a empresa tenta fazer é queimar etapas do processo. Não dando a devida importância à problemática levantada pelo Movimento Social Organizado, pelos povos indígenas e cientistas conhecedores do assunto, como mostra o artigo do professor Célio Bermann, especialista em políticas energéticas da USP (documento em anexo: O Brasil não precisa de Belo Monte).

Soluções energéticas a partir do recurso renovável - água - devem ser buscadas e aproveitadas, evitando os impactos dos alagamentos gigantescos e a desestruturação territorial, ecológica e social que acompanha esses empreendimentos. Tratando-se de Amazônia, esses efeitos são multiplicados.

Certamente, setores da indústria no mundo estão empenhados em soluções tecnológicas que minimizem os impactos desses empreendimentos. Certamente também, os setores industriais que detêm as atuais tecnologias fazem *lobbies* junto aos governos dos países mais pobres para vender suas máquinas e equipamentos que, talvez, em dez anos, estarão sucateados.

Cuidado, Sr. Procurador, com as pressões que as firmas de engenharia exercem sobre as decisões de governo, para a construção dessas obras gigantescas de concreto, vistas unicamente do ponto de vista do mercado. Nenhum desses setores industriais se responsabiliza pelas conseqüências de seus investimentos. Mas, nós, que sabemos de onde vêm os recursos que financiam essas obras, sentimos o quanto eles faltam na educação, na saúde, na infra-estrutura local e nos investimentos para que as economias regionais encontrem seus caminhos e oportunidades de inserção nacional e internacional.

Nesse momento, 600 atingidos estão mobilizados em Minaçu - GO para exigir a solução dos problemas causados pela construção da barragem de Cana Brava. 1.200 famílias foram prejudicadas pela construção da Barragem de Manso em Mato Grosso, e passaram 70 dias acampadas em frente ao Palácio do Governo de Cuiabá. Como não houve nenhuma solução que viesse resolver o seu problema, neste Domingo, dia 19, ocuparam uma área de Furnas. Tudo isso porque foram remanejadas para uma área onde o solo contém 90% areia, ou seja, impróprio para a Agricultura. Sr. Procurador o que mais escandaliza e causa horror é a forma autoritária e repressiva que a polícia tenta reprimir as famílias atingidas por barragens que estão lutando pelos seus direitos.

Esses problemas mal resolvidos em outras hidrelétricas do país também nos causam grande preocupação. Se ainda não resolveram os problemas causados pelas menores, quanto mais com os que serão causados pela Maior Hidrelétrica do Brasil e a terceira maior do Mundo.

A Eletronorte utiliza-se do poder de uma estatal para aliciar prefeitos, fazer propaganda enganosa na grande mídia e nos meios locais. Essa prática, Sr. Procurador, nos lembra os tempos do General Médici, o executor dessa colonização. Só que o mundo mudou e a sociedade deve ser ouvida e, com atenção especial, aqueles que não estão nos escalões do poder.





## MOVIMENTO PELO DESENVOLVIMENTO DA TRANSAMAZÔNICA E XINGU

Rua Anchieta, 2092 - Altamira - Pará.  
CEP: 68371-190 - Fone/Fax - (93) 515-2406/1453  
E-mail: [fvpp@bol.com.br](mailto:fvpp@bol.com.br)

Nosso principal líder, Ademir Federicci, foi assassinado no dia 25 de agosto do ano passado, quando denunciava as irregularidades da extinta Sudam, hoje ADA, na região e levantava um vigoroso movimento contra as barragens no Xingu. Estamos há nove meses solicitando que a Polícia Federal esclareça o crime e não obtivemos respostas.

O que será feito com as 32 comunidades de 8 povos indígenas que vivem na Bacia do Xingu? Sendo que 03 serão atingidas diretamente. Recentemente, em um seminário promovido pela Universidade Federal do Pará, em Altamira, uma das lideranças indígenas presentes, declarou que se a Eletronorte vier "empurrar" à força uma barragem, eles estão dispostos a invadir a cidade de Altamira para mostrar, pela força também, que existem visões diferentes sobre o rio e o desenvolvimento da região.

Já há uma forte mobilização para o 2º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu. Começando com um encontro das Comunidades Indígenas da Volta Grande (convite em anexo). No qual as Nações Indígenas irão reafirmar o posicionamento contrário à construção de barragens no Rio Xingu. Será que isso não deveria ser levado em consideração?

Diante desses pontos de vistas, Sr. Procurador, é preciso ouvir outras vozes que não apenas a tecnocracia da Eletrobrás. Saber mais da história das hidrelétricas na Amazônia. Não convêm colocar em jogo o futuro da Amazônia, para responder eleitoralmente para as regiões industrializadas, deixando aqui o caos social causado por um empreendimento dessa envergadura.

Ousamos fazer nosso próprio projeto de desenvolvimento. Isso é modernidade, Sr. Procurador: a sociedade local pensar políticas públicas e dialogar com o governo sobre o futuro de uma região. Nosso projeto visa aproveitar os recursos da floresta e do Rio Xingu compatibilizando desenvolvimento, crescimento econômico e conservação da base de recursos naturais. Sobre esse projeto queremos discutir com o Governo. Porém, a construção de consensos de tal nível não é possível com a pressa, o autoritarismo e o receituário obreirista da Eletronorte.

Respeitosamente,

Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu - MDTX  
Fundação Viver, Produzir e Preservar - FVPP  
Grupo de Trabalho Amazônico - GTA  
Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAGRI/Regional  
Conselho Indigenista Missionário - Cimi Norte II.

## Brindeiro libera estudos de impactos ambientais de Belo Monte

04

**Data:** 26/05/2002

**Fonte:** O Paraense

**Local:** Belém

**Link:** <http://www.oparaense.com.br>

*Para o procurador geral da República, os estudos da hidrelétrica podem continuar*

Os procuradores da República no Pará, Ubiratan Cazetta e Felício Pontes Júnior perderam mais um round na briga contra a Eletronorte pelo projeto da hidrelétrica de Belo Monte. Dessa vez, foi o chefe deles, o procurador geral da República, Geraldo Brindeiro, que deu parecer no processo que paralisou as atividades da usina, favorecendo o projeto da Eletronorte e recomendando a suspensão da liminar judicial que os procuradores obtiveram no ano passado.

Pela liminar, a Eletronorte ficou impedida de continuar os Estudos de Impacto Ambiental (EIA/Rima) para a construção da hidrelétrica. Cazetta e Pontes pediram a liminar baseados na lei de licitações (que exigia processo licitatório para contratação do estudo) e na Constituição Federal (que exige aprovação do Congresso Nacional para permissão de obras em áreas indígenas).

O projeto da hidrelétrica de Belo Monte, a ser construída na chamada volta grande do rio Xingu, em Altamira, atinge a comunidade indígena Paquiçamba.

A Eletronorte recorreu da liminar e obteve a primeira vitória contra o Ministério Público Federal através do parecer de Geraldo Brindeiro. Para ele, houve "interpretação errônea" da Constituição, ou seja, a obra poderia ser impedida em consequência de atingir a terra dos índios, mas a mesma regra não vale para o EIA/Rima. Se o parecer de Brindeiro foi aceito pela Justiça Federal, os estudos devem recomeçar. Belo Monte está projetada para ser a maior hidrelétrica do Brasil, gerando 11 mil mw/h.

[Clique aqui para ler a carta de organizações sociais de Altamira e região ao Procurador Geral da República em protesto ao novo parecer.](#)

**Copyright © 2001 Amigos da Terra - Amazônia Brasileira. - Todos os direitos reservados.**